

---

ESCRITURA PARTICULAR DA SEXTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SANTHER – FÁBRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S.A.

*celebrada entre*

**SANTHER - FÁBRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S.A.**  
*como Emissora;*

e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas*

DATADA DE  
11 DE JUNHO DE 2012

---



A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and strokes.

MISSP

MISSP

**ESCRITURA PARTICULAR DA SEXTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA SANTHER – FÁBRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

**SANTHER – FÁBRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S.A.**, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a CVM - Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Aracati, 275, Penha, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob n.º 61.101.895/0001-45, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");

e, como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4 – Grupo 514, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte",

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar a presente "Escritura Particular da Sexta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Santher – Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA I**

### **AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 23 de maio de 2012, nos termos do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("AGE" e "Lei das Sociedades por Ações", respectivamente).



JUN 2012

2012

1.2. A Garantia de que trata o item 4.12 abaixo foi devidamente aprovada na AGE.

## CLÁUSULA II REQUISITOS

### 2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta Restrita” e “Instrução CVM 476”, respectivamente).

2.1.2. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

2.1.3. A Oferta Restrita não será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

### 2.2. Registro na JUCESP e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), em 4 de junho de 2012, sob número 239.082/12-6, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e foi publicada no (i) Diário Oficial Empresarial em 7 de junho de 2012 e (ii) no jornal Diário, Comércio, Indústria e Serviços em 7 a 11 de junho de 2012, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.3. Registro desta Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos posteriores serão arquivados na JUCESP, pela Emissora, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Sem prejuízo do disposto no item 6.5, alínea (e) desta Escritura de Emissão, as vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias contados a partir da respectiva data de registro na JUCESP.

### 2.4. Registro para Distribuição e Negociação



JUN 2004

00 00 00 00

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores Qualificados”), e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição e integralização pelo investidor, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

## 2.5. Registro das Garantias

2.5.1. A Hipoteca (conforme definida abaixo) será lavrada e prenotada nas matrículas dos imóveis hipotecados na Cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo até a Data de Liquidação e registrada no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias contados da Data de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária (conforme definido abaixo) será registrado previamente a liquidação financeira da presente Emissão nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, bem como, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro nos termos dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definido).

2.5.2. Sem prejuízo da caracterização da hipótese de vencimento antecipado prevista na alínea (b) do item 4.14.1 desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretroatável, a promover os referidos registros, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, observado que a Emissora ressarcirá todas as despesas, nos termos dos Contratos de Garantia, caso a Emissora não os faça.

## CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

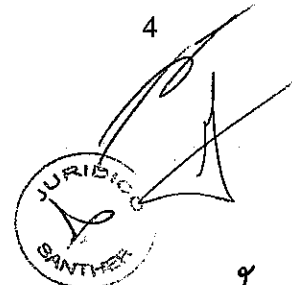
### 3.1. Séries

A Emissão será realizada em série única.

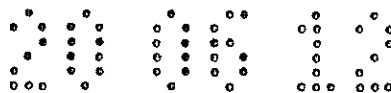
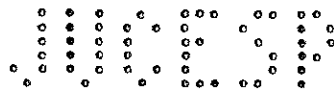
### 3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de até R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais) na Data de

4



9



Emissão (conforme abaixo definido).

### 3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1 Serão emitidas até 230 (duzentas e trinta) Debêntures.

3.3.2 A Escritura será objeto de aditamento para prever o montante total da Emissão e a quantidade de Debêntures a serem emitidas, sem necessidade de aprovação em AGD, conforme abaixo definida, que será objeto de arquivamento na JUCESP.

3.3.3 Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, objeto do regime de melhores esforços, sendo que a Oferta em nada será afetada caso não haja a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures a serem colocadas sob regime de melhores esforços. As Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o prazo de colocação das debêntures objeto dos melhores esforços deverão ser canceladas pela Emissora. A manutenção da Oferta está condicionada à subscrição e integralização da quantidade mínima de 125 (cento e vinte e cinco) Debêntures, perfazendo o montante mínimo de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais).

### 3.4. Destinação de Recursos

Os recursos captados pela Emissora com a Oferta Restrita serão destinados ao resgate antecipado total das debêntures da 5ª (quinta) emissão da Emissora, devendo o saldo remanescente ser utilizado para o reperfilamento de seu passivo financeiro.

### 3.5. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora.

### 3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário e Agente Escriturador").

### 3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime misto de garantia firme de subscrição e melhores esforços de colocação, com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder") e do Banco Itaú BBA S.A.



JUN 15 2012

10:00:00

("Itaú BBA" e em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), conforme os termos e condições do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única da Santher – Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A." ("Contrato de Distribuição"), a ser celebrado entre os Coordenadores e a Emissora.

3.7.2. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Os Coordenadores, em conjunto, poderão acessar até no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.7.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outras, estarem cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.

3.7.4. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

##### 4.1. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 15 de junho de 2012 ("Data de Emissão").


##### 4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

##### 4.3. Forma

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

6



JUN 29

20 06 12

#### 4.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Agente Escriturador, por meio de extrato da conta de depósito a ser por ele emitido. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no SND.

#### 4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional real.

#### 4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, caso não coincidentes.

4.6.2. As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

#### 4.7. Prazo de Vencimento

As Debêntures têm prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2016 ("Data de Vencimento").

#### 4.8. Remuneração

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, calculados a partir da Data de Emissão das Debêntures, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 3,60% (três inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:



JURIS

20 06 12

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

- J** Valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe** Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- Fator Juros** Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Onde:

- FatorDI** Produtório das Taxas DI, da data de início do período de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

- n** Número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- k** Número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;
- TDI<sub>k</sub>** Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

- DI<sub>k</sub>** Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



INSTITUTO

DE ADMINISTRAÇÃO

**FatorSpread** Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

**Spread** 3,60 (três inteiros e sessenta centésimos por cento); e

**DP** Número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

- O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- O fator resultante da expressão  $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$  deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.8.2. O pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, conforme cronograma de pagamento constante na tabela abaixo (cada data sendo individualmente uma "Data de Pagamento da Remuneração" e todas as datas sendo, em conjunto, as "Datas de Pagamento da Remuneração").



ANEXO

200512

Data de Pagamento da Remuneração
15 de dezembro de 2012
15 de junho de 2013
15 de dezembro de 2013
15 de junho de 2014
15 de dezembro de 2014
15 de junho de 2015
15 de dezembro de 2015
15 de junho de 2016

4.8.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (“Período de Capitalização”).

4.8.3.1. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.4. Em caso de não divulgação ou indisponibilidade da Taxa DI na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicada na apuração de TDIk a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.8.5. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, deverá ser utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido. Caso não haja definição de parâmetro legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação vigente aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do FatorDI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os



MINISTÉRIO

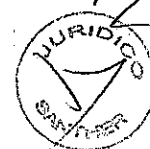
DE FINANÇAS

Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.8.5.1. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.8.5 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.8.5.1, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação da Taxa DI.

4.8.6. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.8.5, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas, observado o quorum estabelecido na Cláusula Sete abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), com seu consequente cancelamento, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDik no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os Debenturistas em cada data de amortização. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em Circulação, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.8.2 acima, observado que as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.8.5 acima. Referida nova remuneração deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a nova remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa remuneração deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.



4.8.7. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

#### 4.9. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação.

#### 4.10. Amortização Programada

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado semestralmente, em cinco parcelas iguais e consecutivas, a partir do 24º mês (inclusive) contados da Data de Emissão, a razão de 20% (vinte por cento) que ocorrerão nas seguintes datas:

Data de Pagamento da Amortização Programada
15 de junho de 2014
15 de dezembro de 2014
15 de junho de 2015
15 de dezembro de 2015
15 de junho de 2016

#### 4.11. Resgate Antecipado

A Emissora poderá, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, inclusive, mediante comunicação escrita prévia aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário e a CETIP, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da respectiva data do evento, promover o resgate antecipado da totalidade ou de parte das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures ("Resgate Antecipado"), mediante o pagamento aos Debenturistas do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado ("Valor do Regate Antecipado"), acrescido de prêmio a ser pago aos Debenturistas nos termos a seguir:

Período	Prêmio
Da data de Emissão ao 12º (décimo segundo) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão	0,50%
Do 13º (décimo terceiro) mês ao 24º (vigésimo quarto) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão	0,40%
Do 25º (vigésimo quinto) mês ao 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão	0,30%
A partir 37º (trigésimo sétimo) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão	0,20%



4.11.1. O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio do Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.11.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer por meio de operação de compra e venda definitiva no mercado secundário, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.11.3. As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

#### **4.12. Multa e Juros Moratórios**

4.12.1 Sem prejuízo da Remuneração devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração, os débitos em atraso e não pagos pela Emissora, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

#### **4.13. Garantias**

4.13.1 Em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora, previstas nesta Escritura de Emissão, as Debêntures contarão com garantia real de: (i) alienação fiduciária de equipamentos ("Alienação Fiduciária"); e (ii) hipoteca de primeiro grau dos imóveis registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, sob as matrículas de número (i) 1.968; (ii) 5.302; e (iii) 31.055 (incluindo o terreno e benfeitorias, sem quaisquer máquinas e/ou equipamentos) ("Hipoteca" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária, "Garantias").

4.13.2 O Contrato de Alienação Fiduciária de Maquinários e Equipamentos em Garantia ("Contrato de Alienação Fiduciária") e a Escritura de Hipoteca ("Escritura de Hipoteca", em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária denominados "Contratos de Garantia"), a serem celebrados entre a Emissora e o Agente Fiduciário, deverão ser levados a registro, às expensas da



Emissora, no competente cartório de registro de títulos e documentos e cartório de registro de imóveis das comarcas das sedes das Partes e no local que se situa o imóvel, respectivamente, nos prazos previstos nos referidos Contratos de Garantia e observados os procedimentos descritos nos termos do item 2.5. acima.

4.13.3 A Emissora, de forma individual e solidária, desde já se obriga a fazer com que o valor total de execução forçada dos bens dados em Garantia, corresponda na data de assinatura desta Escritura de Emissão, a um montante em reais equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor das Debêntures ("Valor Mínimo"), conforme laudo de avaliação de empresa especializada, a ser elaborado nos termos e condições estabelecidos nos Contratos de Garantia.

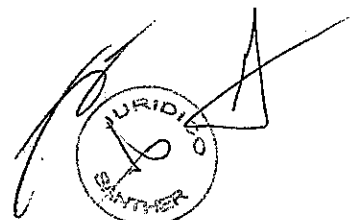
4.13.4. Fica a Emissora autorizada a proceder à substituição de tais Garantias, por outros bens de sua titularidade ou de terceiros, conforme o caso, de natureza igual ou diversa a dos bens dados em garantia, desde que previamente aceitos por 2/3 (dois terços) de Debenturistas presentes em AGD convocada para este fim, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia ("Substituição de Garantias").

4.13.5 Uma vez celebradas e devidamente registradas as Garantias, observados os requisitos e prazos para formalização e constituição das garantias previstas nos Contratos de Garantia e nesta Escritura de Emissão, estarão formalizadas as Garantias, de forma irrevogável e irretroatável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações principais e acessórias da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.

#### **4.14. Vencimento Antecipado**

4.14.1. Observado o disposto nos itens 4.14.2 a 4.14.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Vencimento Antecipado"), na ocorrência das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão e/ou aos Debenturistas, nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão e/ou às Garantias, observado eventuais



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "CURIDIO" at the top and "SANTHER" at the bottom, with a stylized signature in the center.

11.05.2017

20.05.2017

prazos de cura específicos descritos nas demais hipóteses desta Cláusula 4.14.1, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário; ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou, na omissão deste, pelos Debenturistas, à Emissora, o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo de cura previsto nesta alínea não se aplica às obrigações não pecuniárias para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura de Emissão;

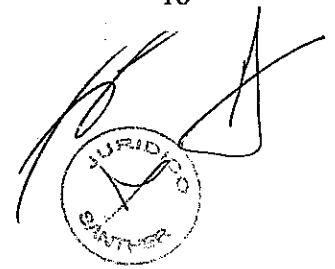
- (c) inadimplemento com terceiros, não sanado no prazo previsto no respectivo instrumento, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) ou cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas ou vencimento antecipado, de qualquer dívida da Emissora ou de quaisquer de suas Controladas (conforme abaixo definido);
- (d) ocorrência de: (i) decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas Controladas diretas e indiretas ("Controladas"); (ii) pedido de falência da Emissora ou de qualquer de suas Controladas formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (iii) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora ou qualquer de suas Controladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (iv) extinção, liquidação, dissolução, insolvência ou pedido de autofalência pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas;
- (e) alteração do controle, direto ou indireto, da Emissora, exceto se: (i) para pessoas naturais ou jurídicas, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, vinculadas por acordo de voto, que façam parte, na data de celebração da Escritura de Emissão, do grupo de controle da Emissora ("Controladores"); (ii) para pessoas naturais, jurídicas ou fundos de investimento que venham a ser controladas(os) integralmente, direta ou indiretamente, pelos Controladores; ou (iii) se aprovado previamente por Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, bem como as Debêntures de titularidade (a) de empresas Controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) de Controladores (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas ("Debêntures em Circulação");
- (f) ocorrência de qualquer aprovação de incorporação, fusão ou cisão da Emissora ou de qualquer de suas Controladas, exceto (i) se qualquer dessas operações for realizada

11.000.000

11.000.000

exclusivamente entre a Emissora e qualquer de suas Controladas ou seus Controladores, ou exclusivamente entre as Controladas ou os Controladores da Emissora; e (ii) desde que observado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

- (g) se as Garantias previstas nesta Escritura de Emissão: (a) forem objeto de questionamento legítimo pela Emissora; (b) forem anuladas, nulas, ou invalidadas ou se tornar ineficaz ou inexecutável sob qualquer forma; (c) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas e tal evento não for sanado ou a Emissora e não substituir ou reforçar tais Garantias, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que Emissora tomar conhecimento do referido evento; ou (d) forem objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar ou que a torne insuficiente, sem o devido reforço de garantia, nos termos dos Contratos de Garantia;
- (h) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Distribuição e/ou nas Garantias são falsas, incorretas, inconsistentes ou enganosas;
- (j) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) realização da redução do capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
- (l) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto quando referida alteração não resultar em mudança da atividade principal atualmente praticada pela Emissora e/ou do ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora;
- (m) alienação de quaisquer ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução da receita operacional líquida da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para (i) investimentos na atividade produtiva da Emissora, ou (ii)

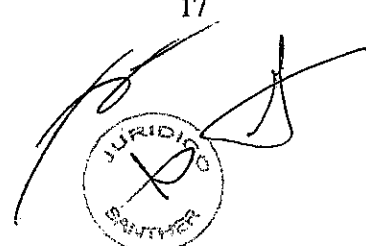


UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA  
E FINANÇAS

substituição de bens antigos por novos com a mesma finalidade. Para os fins do disposto nesta alínea, a verificação da receita operacional líquida da Emissora será realizada trimestralmente, utilizando-se como base de comparação as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do respectivo trimestre de apuração, sendo que a primeira apuração deverá ser realizada com base nas informações financeiras revisadas da Emissora relativas ao período findo em 30 de junho de 2012;

- (n) decisão judicial transitada em julgado determinando a execução de títulos contra a Companhia ou qualquer uma de suas Controladas, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) ou cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$17.000.000,00 (dezesete milhões de reais);
- (o) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas Controladas, cujo valor individual seja igual ou superior a R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) ou cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$17.000.000,00 (dezesete milhões de reais), exceto se, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiro; (ii) o protesto foi cancelado; ou (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi(foram) depositado(s) em juízo;
- (p) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, exceto se (i) essa operação decorrer de incorporação, fusão ou cisão que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado nos termos da alínea (f) acima; ou (ii) houver anuência prévia dos Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação;
- (q) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou qualquer de suas Controladas, conforme o caso, comprove: (i) a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização; ou (ii) que a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, permissões, concessões e alvarás decorre, comprovadamente, de problemas operacionais dos órgãos competentes enquanto estiver em curso processo para obtenção ou regularização da referida autorização, renovação e/ou licença junto a tais órgãos e, neste caso, acompanhado de declaração da Emissora e/ou qualquer de

  
JURIDICO  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

11.000.000

11.000.000

suas Controladas, conforme o caso, de que não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer indeferimento prévio do referido pedido, de procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas. Fica desde já estabelecido que a exceção descrita neste item (ii) só será aplicada na hipótese da Emissora e/ou qualquer de suas Controladas, conforme o caso, continuar a exercer regularmente as suas atividades; e

- (r) não atendimento, pela Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures de qualquer dos índices financeiros relacionados a seguir ("Índices Financeiros"), a serem verificados trimestralmente pela Emissora e revisadas pelo Agente Fiduciário com base nas informações trimestrais consolidadas divulgadas regularmente pela Emissora, devendo esta enviar ao Agente Fiduciário demonstrativo detalhado da sua apuração, contendo a memória de cálculo com as contas abertas de todas as rubricas necessárias para sua obtenção, e cuja veracidade, suficiência, legalidade e legitimidade das informações prestadas deverão ser declaradas por diretor da Emissora com poderes para tanto, ficando, ainda, o Agente Fiduciário, desde já, autorizado a realizar todos os questionamentos necessários à Emissora e aos seus auditores independentes, sendo certo que a primeira verificação para fins desta alínea ocorrerá com relação ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2012:

(A) Dívida Líquida Consolidada / EBITDA menor ou igual a:

Período	Índice
3T12	4,25x
4T12	4,00x
1T13	3,75x
2T13	3,50x
3T13	3,25x
4T13	3,00x
1T14	3,00x
2T14	3,00x
3T14	3,00x
4T14	3,00x
1T15	3,00x
2T15	3,00x
3T15	3,00x
4T15	3,00x
1T16	3,00x

JUL 2013

20 06 12

(B) EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual

Período	Índice
3T12	1,50x
4T12	1,50x
1T13	2,00x
2T13	2,00x
3T13	2,00x
4T13	2,00x
1T14	2,50x
2T14	2,50x
3T14	2,50x
4T14	2,50x
1T15	2,50x
2T15	2,50x
3T15	2,50x
4T15	2,50x
1T16	2,50x

Para os fins do disposto nesta alínea, aplicar-se-ão as seguintes definições para o cálculo dos Índices Financeiros:

“Despesas Financeiras Líquidas” significa o somatório do valor de juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a hedge/derivativos, excluindo juros sobre capital próprio em relação aos 12 meses anteriores à data de apuração do índice, incluindo os pagamentos feitos a título de arrendamento mercantil ou leasing e juros capitalizados à dívida deduzindo-se as receitas financeiras, variações monetárias e cambiais ativas e receitas relacionadas a hedge/derivativos em relação ao período de doze meses imediatamente anterior à data-base das demonstrações financeiras de referência. Ficam excluídos os valores referentes às variações cambiais ativas e passivas decorrentes de transações de longo prazo sem efeito caixa.

“Dívida Líquida” significa a Dívida Total menos o saldo em caixa, saldo de aplicações financeiras e o diferencial a receber por operações com

hedge/derivativos, da Emissora e suas Controladas consolidadas;

“Dívida Total” significa a somatória dos empréstimos, financiamentos, títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional títulos descontados, e seus respectivos encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com hedge/derivativos, arrendamento mercantil / leasing financeiro, cessão de direitos creditórios não performados, assim entendidos direitos creditórios que tenham por origem operações de compra e venda para entrega futura, e/ou futura prestação de serviço pela Emissora, avais e todas as garantias prestadas a terceiros da Emissora e suas Controladas consolidadas;

“EBITDA” significa em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório (i) do resultado antes do imposto de renda, contribuição social, equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários; (ii) das despesas de depreciação e amortização ocorridas no período; (iii) das despesas financeiras líquidas, conforme determinado nas demonstrações financeiras da Emissora; e (iv) do resultado não operacional.

- (s) realização, ao longo de um ano fiscal, de investimentos para expansão e/ou manutenção de plantas e equipamentos (CAPEX) em valor anual individual ou agregado superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), caso o Índice Financeiro “Dívida Líquida / EBITDA” seja superior a 2,50x, cuja verificação ocorrerá anualmente no encerramento do exercício social da Emissora. A primeira verificação deverá ocorrer com relação o encerramento do ano fiscal de 2012. O valor de CAPEX previsto nesta alínea será reajustado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”);
- (t) realizar, durante período em que o Índice Financeiro “Dívida Líquida Consolidado / EBITDA” for superior a 2,50x, verificados anualmente no encerramento do exercício social da Emissora, distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro, ou qualquer outra forma de distribuição de recursos a seus acionistas, empresas coligadas ou controladoras, ressalvado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (u) não realizar o registro e perfeita formalização da Hipoteca em até 60 dias a contar da Data de Emissão das Debêntures.

4.14.1.1. Para os fins deste item 4.13.1., “Controle” tem o significado previsto no artigo 116 da Lei

das Sociedades por Ações e "Controladas" tem o significado previsto no artigo 243, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações.

4.14.1.2. Os valores de alçada previstos nas alíneas acima serão reajustados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M").

4.14.2. Para os fins de que trata esta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

- (i) A data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (h), (j), (k), (l), (p), (t) e (u) do item 4.14.1 acima ("Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática"), será considerada a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, mesmo que a comunicação escrita, prevista no item 4.14.6 abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o Vencimento Antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e
- (ii) ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (i), (m), (n), (o), (q), (r) e (s) do item 4.14.1 acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD"), será considerada a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.14.3 abaixo na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.4. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.14.3 acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.5. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas convocada nos termos do item 4.14.3 acima, Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação deliberarem não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, não haverá Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.6. O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, em qualquer das hipóteses descritas no item 4.13.2, nos termos da Cláusula Nove abaixo, o Vencimento Antecipado das Debêntures à

Emissora no prazo máximo de 1 (um) dia útil contado (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o Vencimento Antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD.

4.14.7. Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como do respectivo prêmio definido na Cláusula 4.11 acima e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento pela Emissora da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário, conforme previsto no item 4.14.6 acima e nos termos da Cláusula Nove abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.12 acima.

4.14.7.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.14.7 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

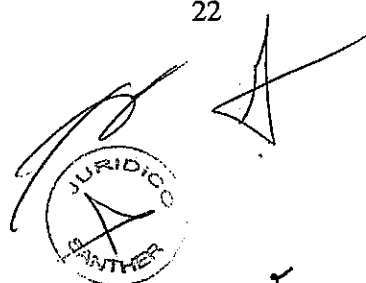
#### **4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

O não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

#### **4.16. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente no SND, e em atendimento aos seus procedimentos, ou por meio do Agente Escriturador das Debêntures para os titulares de Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

#### **4.17. Prorrogação dos Prazos**



Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Emissão até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.18. Publicidade**

Todos os atos e decisões relevantes relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário, Comércio, Indústria e Serviços, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

#### **4.19. Imunidade dos Debenturistas**

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Agente Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### **CLÁUSULA V DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

#### **5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:**

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (i) dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, ou data anterior, caso tais informações sejam disponibilizadas nas páginas da Emissora ou da CVM na rede mundial de computadores, e (ii) a memória de cálculo com as contas abertas de todas as rubricas necessárias para obtenção dos Índices Financeiros, ficando, ainda, o Agente Fiduciário, desde já, autorizado a realizar todos os questionamentos necessários à Emissora e aos seus auditores independentes para a verificação dos Índices Financeiros, e (iii) declaração assinada por diretor da Emissora



atestando a veracidade, suficiência, legalidade e legitimidade das informações prestadas acerca dos Índices Financeiros, bem como que a Emissora está em dia com as obrigações dispostas na presente Escritura;

- (ii) dentro de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes, ou data anterior, caso tais informações sejam disponibilizadas nas páginas da Emissora ou da CVM na rede mundial de computadores e (ii) a memória de cálculo com as contas abertas de todas as rubricas necessárias para obtenção dos Índices Financeiros, e cuja veracidade, suficiência, legalidade e legitimidade das informações prestadas deverão ser declaradas por diretor da Emissora com poderes para tanto, ficando, ainda, o Agente Fiduciário, desde já, autorizado a realizar todos os questionamentos necessários à Emissora e aos seus auditores independentes para a verificação dos Índices Financeiros;
- (iii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (iv) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"), com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (v) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
- (vi) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou, na inexistência de prazo previsto na regulamentação, no prazo de 7 (sete) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem divulgados;
- (vii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e
- (viii) dentro do prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de assinatura desta Escritura de Emissão, cópia das informações financeiras relativas ao período encerrado em 31



de março de 2012, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes da Emissora;

- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 480, e fornecer aos seus acionistas as demonstrações financeiras nos termos dos artigos 176 e 289 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures;
- (e) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (f) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- (g) convocar, nos termos da Cláusula Sete abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (h) informar o Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil após sua ciência sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.14 acima, bem como qualquer outro evento que possa trazer prejuízo aos Debenturistas, a critério da Emissora. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões nelas previstos na presente Escritura e nos Contratos de Garantia, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;
- (i) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (j) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (k) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial que afete, de forma relevante e adversa, a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão,



no prazo de até 5 (cinco) dias após a data em que a Emissora tomar conhecimento do trânsito em julgado do respectivo processo;

- (l) manter as condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, devendo notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração relevante ou sobre quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar, de qualquer forma, o pontual cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte;
- (m) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
- (n) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (o) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais;
- (p) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que se refere à destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita;
- (q) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e a CETIP ou qualquer outro prestador de serviço de sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- (r) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.;
- (s) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (t) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;

- (u) notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, em até 01 (um) dia útil, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (v) apresentar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da Data de Emissão, cópia da Escritura de Hipoteca devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, sob pena de vencimento antecipado das Debentures;
- (w) cumprir todas as obrigações dispostas em todos os documentos relacionados à Emissão, incluindo, mas não se limitando aos Contratos de Garantia, ao Contrato de Distribuição e a esta Escritura de Emissão; e
- (x) não celebrar contratos de mútuo com valores superiores a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), bem como não realizar aportes de capital em pessoas jurídicas componentes do seu grupo econômico.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (r) do item 5.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, compreendendo alimentação, transporte e estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
- (d) em caso de vencimento antecipado das Debêntures, despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, sempre que possível, previamente aprovados pela Emissora.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta



JUN 29

20 08 19

Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente aos Coordenadores; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pelo Agente Fiduciário, pela CVM e/ou pela CETIP.

#### CLÁUSULA VI DO AGENTE FIDUCIÁRIO

**6.1.** A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

**6.2.** O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;



2006

- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições do respectivo Estatuto Social; e
- (k) Na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário apenas na 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, para distribuição pública, em série única, da Santher – Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A. (Santher), com vencimento em 2 de julho de 2014, em que foram emitidas 125 (cento e vinte e cinco) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 5ª emissão da Companhia não possuem garantias reais ou fidejussórias, conforme previsão na escritura de emissão

**6.3.** O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento,



até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

6.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário remuneração correspondente a parcelas anuais de R\$13.000,00 (treze mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas de aniversário subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures.

6.4.1. A remuneração prevista acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2. As parcelas referidas no item 6.4 acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro rata die* se necessário.

6.4.3. As parcelas previstas no item 6.4 acima serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) e quaisquer outros impostos que venham a incidir na remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

6.4.4. A remuneração do Agente Fiduciário prevista no item 6.4 acima, não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte, notificação e publicação necessárias ao exercício da função de agente fiduciário dos Debenturistas, durante ou após a implantação do serviço, bem como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora, a serem arcadas pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.

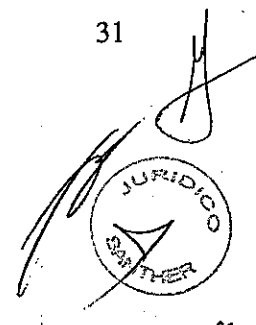
6.4.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.6. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas

incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 10 (dez) dias corridos, e ainda, poderá o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

**6.5.** Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the word "JURIDICO" at the top and "SBT" at the bottom, with a stylized logo in the center.

JUCESP

20 08 12

- (h) solicitar, quando considerar necessário e desde que aprovado pelos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.18 acima;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma do grupo societário da Emissora, contendo inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes de bloco de controle, bem como todos os dados financeiros e atos societários, necessários à realização do relatório acima, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
  - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
  - (vii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
  - (viii) pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de

JUL 29

20 06 12

Debêntures efetuadas pela Emissora;

- (ix) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
  - (x) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos; e
  - (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
  - (iii) na CVM; e
  - (iv) na sede dos Coordenadores.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações legais, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário, ao Agente Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias

JUL 19

09 05 10

úteis contados da data da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, em observância aos prazos exigidos por cada qual;

- (q) acompanhar com o Banco Mandatário e Agente Escriturador, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora em relação às Debêntures, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (s) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- (t) calcular o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site: [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista na alínea (d), o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata o item 6.6



JUCESP

20 08 10

acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta, assim, o autorizar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

6.7.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for

JUL 30

20 05 12

celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

## CLÁUSULA VII DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

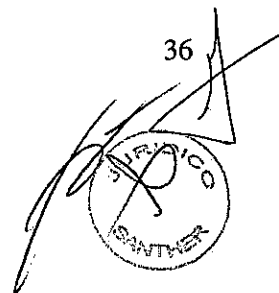
7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira convocação e com antecedência mínima de 8 (oito) dias em segunda convocação.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5.1. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade dos Debenturistas.

7.6. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.7. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvados quoruns específicos estabelecidos nesta



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text 'SERVICO' at the top and 'SANTHER' at the bottom, with a stylized logo in the center.

JUN 29

JUN 29

Escritura de Emissão, serão tomadas, em primeira convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, por Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.7.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.7 acima, somente os Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, em primeira ou segunda convocação, poderão aprovar alterações sobre as seguintes matérias:

- (a) qualquer alteração no prazo de vigência, na Remuneração e/ou na Data de Vencimento das Debêntures;
- (b) nos critérios e procedimentos para cálculo e pagamento da Remuneração e/ou nas Datas de Pagamento da Remuneração;
- (c) na espécie da Debênture;
- (d) nos quoruns de deliberação, ordinários ou qualificados, das Assembleias Gerais de Debenturistas; e/ou
- (e) qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previstos no item 4.14 acima.

7.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

#### CLÁUSULA VIII DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

37

JUN 1994

20 05 12

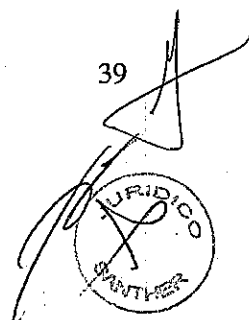
- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, a outorga das Garantias e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública com esforços restritos de colocação das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias de que trata o item 4.5 acima; ou (z) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;



JUL 29

20 05 12

- (g) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, bem como as informações financeiras trimestrais relativas ao período encerrado em 31 de março de 2012, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes no Brasil à época em que foram preparadas e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) as informações públicas sobre a Emissora, constituem informações relevantes e necessárias para que os Investidores Qualificados e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta e suficiente com relação ao investimento nas Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante em suas atividades ou condição financeira, ou que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (m) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the word "JURIDICO" at the top and "SANTHER" at the bottom, with a stylized signature in the center.

JUL 20 05 12

**CLÁUSULA IX  
DAS NOTIFICAÇÕES**

**9.1.** Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

**Santher – Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A**

Av. Euzébio Matoso, 1.375

São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Conrado Sundfeld

Tel.: (11) 3030-0255

Fax: (11) 3030-0255

E-mail: [luiz.conrado@santher.com.br](mailto:luiz.conrado@santher.com.br)

Para o Agente Fiduciário:

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srtª. Nathalia Machado (Jurídico)

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br) / [juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar

Osasco – SP

At.: Srs. Pérsia Alves / Marcelo Poli

Tel.: (11) 3684-9444 / (11) 3684-7654

Fax: (11) 3684-9445

E-mail: [4010.persia@bradesco.com.br](mailto:4010.persia@bradesco.com.br) / [4010.mpoli@bradesco.com.br](mailto:4010.mpoli@bradesco.com.br)

**9.2.** As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão

JUL 29

09 05 10

consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

**9.3.** A mudança de qualquer dos endereços acima ou das pessoas responsáveis pelo recebimento das comunicações deverá ser comunicada à outra Parte pela parte que tiver seu endereço alterado ou a pessoa responsável pelo recebimento das comunicações, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

**9.4.** Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

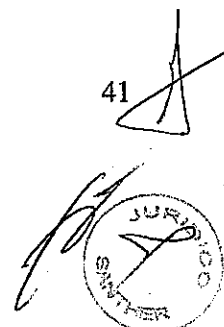
#### **CLÁUSULA X** **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**10.2.** A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Dois acima.

**10.3.** Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**10.4.** A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.



JUL 29

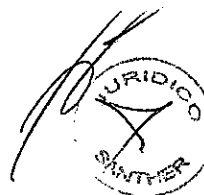
20 05 12

**10.5.** Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

**10.6.** Sem prejuízo do disposto na Instrução nº 28 da CVM, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completeza das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

**10.7.** Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

**10.8.** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.



42

JUN 11 2012

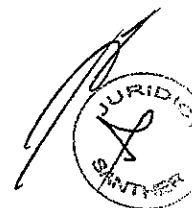
20 06 12

**CLÁUSULA XI**  
**DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 11 de junho de 2012



JUN 59

20 15 12

Página 1/2 de assinaturas da Escritura Particular da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Santher - Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.

SANTHER - FÁBRICA DE PAPEL SANTA THEREZINHA S.A.

Nome:

Cargo:

Fernando Silveira Fº

Diretor UN Consumo

Nome:

Cargo:

Luiz Conrado Sundfeld

Diretor-Adm. e Financeiro




JUCESP

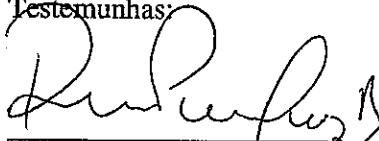
20 JUN 12


Página 2/2 de assinaturas da Escritura Particular da Sexta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Santher – Fábrica de Papel Santa Therezinha S.A.

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: MARCO AURÉLIO R. FERREIRA  
Cargo: DIRETOR

Testemunhas:

  
Nome: Rerrata P.L. Rodryus  
RG: 30.437.590-1  
CPF: 270.355.428-40

  
Nome: NAIRA DE LIMA COELHO  
RG: 5.212.842-6  
CPF: 415.760.478-49

